

## OS DIFERENTES 13 DE MAIO. HISTÓRIA, MEMÓRIA E FESTA DA ABOLIÇÃO

Renata Figueiredo Moraes<sup>1</sup>

**Resumo:** Esse texto lança uma discussão em torno da escrita da história da Abolição através de uma historiografia mais contemporânea e dos jornais de 1888. Além disso, tratamos da sistematização dessa história logo após 1888 através do texto de Barão de Loreto, publicado na Revista do IHGB, em 1900, e do livro *Abolição*, um esboço histórico de Osório Duque-Estrada, de 1918.

**Palavras-chaves:** historiografia, abolição, escravidão.

**Abstract:** This text introduces a discussion on the writing of the History of Abolition by researching a more contemporaneous bibliography and newspapers published in 1888. In addition, this article approaches the systematization of this history after 1888 by using the text by Barão de Loreto published in Revista do IHGB (IHGB magazine / IHGB: "Brazilian Geographical and Historical Institute") in 1900, and also the book *Abolição*, um Esboço Histórico, by Osório Duque Estrada, published in 1918.

**Key-words:** historiography, abolition, slavery.

No domingo do dia 13 de maio de 2007, a visita do papa Bento XVI ao Brasil encerrava-se depois de uma semana intensa. Dentre as últimas mensagens no encerramento da *Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano* realizada no *Santuário de Aparecida do Norte*, o Papa lembrou do 13 de maio de 1888, e o destacou como momento de suma importância para a História do país. Essa mensagem demonstrou também a proposta de proximidade feita pelo Papa a comunidade afro-brasileira.<sup>2</sup> Além disso, o 119º aniversário da Abolição não rendeu muitos comentários na imprensa e apenas alguns jornais dedicaram um curto espaço ao tema, tais como o jornal *O Dia*, e o *Jornal do Brasil*, ambos do Rio de Janeiro.

Nesse texto<sup>3</sup>, pretendemos destacar as diferentes aborda-

<sup>1</sup> Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: renatafm2003@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Zenit.org, de 13/05/2007

<sup>3</sup> Essa é uma versão modificada da primeira metade do capítulo "Em torno do 13 de maio: combates da história e da memória", da dissertação de mestrado defendida em 2007 no programa de pós-graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, sob orientação da Profª Drª Martha Campos Abreu.

gens que recebeu o 13 de maio de 1888; primeiro por uma historiografia mais recente e depois através de textos da época publicados em jornais. Além disso, temos também trabalhos de historiadores que, além de documentos oficiais, também utilizaram sua memória sobre os fatos para a escrita da História da Abolição. Um desses exemplos é o livro do historiador Osório Duque-Estrada que escreveu, em 1913, *Abolição - um esboço histórico*, o qual foi lançado em 1918, ano do trigésimo aniversário da Abolição (MORAES, 2007).

Desse modo, lançamos um olhar sobre as interpretações dadas a esse momento da História do Brasil que hoje passa por um esvaziamento no seu significado histórico para a comunidade afro-brasileira.

### **O 13 de maio de 1888 – uma abordagem historiográfica**

O movimento abolicionista, “mosaico de muitas cores e desenhos”, catalisou o inconformismo dos setores urbanos com o Império na crítica à escravidão e aos seus males à economia e ao trabalho livre. Segundo Maria Helena Machado (1994, p. 160), o movimento abriu espaço para tendências e atuações diversas, desde o zé-povinho até setores mais conservadores, contendo, dessa forma, variadas e imprecisas molduras ideológicas. Na década de 80 do século XIX o movimento recebeu a adesão de pessoas alfabetizadas, como funcionários públicos, negociantes, além dos membros dos grupos profissionais que mais tarde se reuniram em associações abolicionistas (MACHADO, 1994, p. 147).<sup>4</sup> Um dos exemplos do movimento abolicionista citados pela autora foi o da cidade de Santos que agregou antigos rivais, habitantes das áreas dos Quartéis e dos Valongos, em torno da causa abolicionista, agregada ao movimento de reivindicações feitas pelos moradores das camadas mais baixas de Santos, o que reforça o caráter popular e agregador do movimento. A autora destaca as características da cidade de Santos e do Rio de Janeiro que no contato pelo mar com navios de outras pátrias, seus habitantes receberam a influência de novas idéias políticas e de conceitos que deram corpo ao movimento abolicionista urbano.

---

<sup>4</sup> Segundo a autora, a militância abolicionista também abrigou idéias mais amplas que iam além do trabalho escravo (MACHADO, 1994, p. 163).

Um dos destaques do movimento abolicionista da cidade de São Paulo, além dos conflitos de rua e da participação popular, está na ocorrência, desde a década de 70, de um abolicionismo baseado nas ações dos advogados, que a partir das brechas abertas pelas leis emancipadoras reivindicaram a liberdade de muitos escravos. A atuação jurídica do movimento abolicionista de São Paulo não impediu o envolvimento de variados setores da sociedade, como, por exemplo, cocheiros, ferroviários, empregadores do comércio e outras categorias profissionais.

Além de tratar do abolicionismo urbano, Maria Helena Machado, em *O plano e o pânico*, também questionou algumas fontes sobre esse período, principalmente as feitas a partir de relatos memorialísticos dos próprios militantes do movimento. Nessas fontes, o mais freqüente é a menção de um abolicionismo na Corte, em São Paulo e em Santos e com a reconstituição dos embates dos anos 80 do século XIX. Esses textos foram produzidos por uma elite letrada de políticos liberais, progressistas, republicanos, jornalistas, intelectuais, de cunho panfletário e também de reminiscências dos próprios militantes. Nessas últimas privilegiaram um discurso que indicavam o movimento abolicionista como momento de sacrifício, com obstáculos a serem superados para o objetivo final, além de denunciar os adesistas de última hora e de lembrar os “verdadeiros abolicionistas”. Essas memórias foram produzidas após a euforia da Abolição e no ostracismo gozado por alguns militantes após 1888. Um dos exemplos para esse tipo de trabalho apontado por Maria Helena Machado é o livro de Osório Duque-Estrada (1918), exemplo de abolicionista que, com o advento da República, tratou de sistematizar o abolicionismo, através de uma cronologia com fases que envolviam abolicionistas, escravos, parlamentares e outros. Apesar de colocar em dúvida as abordagens sobre as fugas dos escravos e a participação dos líderes do movimento nessas ações, a autora destacou que essas fontes mostraram a grande adesão que o movimento teve na sua fase final, e a imprecisão em torno dos “verdadeiros abolicionistas” (MACHADO, 1994, p. 147), conforme mencionado também pelo próprio Duque-Estrada em seu livro.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Um dos objetivos de Duque-Estrada em seu livro foi o de retirar os “falsificadores” da história da Abolição. Para isso, indicou nomes que compôs o seu Panteão Abolicionista.

Além de um abolicionismo urbano, que podemos perseguir através de livros de memória ou pelos jornais da época, temos, também um abolicionismo feito nos tribunais que, em sua maioria, aproveitou-se das brechas deixadas pelas leis de 1831 e pelas seguintes.

Dentre as inúmeras discussões favoráveis às leis emancipadoras, 1871 e 1885, Joseli Mendonça em “Cenas da Abolição no Parlamento” destacou os argumentos parlamentares contrários a essas leis. A justificativa desses parlamentares para o voto contrário era de que elas traziam mais “prejuízo” à vida dos libertos, principalmente aos “velhos escravos” já que não poderiam gozar da própria liberdade devido à idade. Um deputado na época chegou a dizer que libertar quem não podia gozar da própria liberdade seria um presente cruel. Em 1888, segundo esses parlamentares, a falta de “proteção” aos libertos representava um “perigo” para a sociedade brasileira, devido, principalmente a recusa dos libertos ao trabalho, que teria como solução a vinda de mão-de-obra imigrante (MENDONÇA, 2001, p. 37).<sup>6</sup>

Os protestos dos parlamentares contra as leis de 1871 e 1885 estão de acordo exatamente com a regulamentação que elas ofereceram para a relação entre senhor e escravo e os dispositivos legais para a reivindicação de direitos (MENDONÇA, 2001, p. 12) bastante utilizados pelo abolicionismo da cidade de São Paulo, como, por exemplo, a atuação de Luiz Gama (MACHADO, 1994, P. 151).<sup>7</sup> Mas apenas uma lei acabaria com a relação entre Senhor e escravo, a lei 3353 de 13 de maio de 1888. Diferentemente das outras leis, essa teve rapidamente a sua aprovação na Câmara, passando logo depois para o Senado. Porém, o que mais pode ser destacado nos relatos da época nos poucos dias de discussão do projeto para a Abolição imediata é a presença popular na Câmara e sua intervenção através de aplausos e comemorações (MENDONÇA, 2001, p. 15).<sup>8</sup> Um imaginário do desejo popular em torno da lei foi criado, principalmente nos momentos que a antecederam.

---

<sup>6</sup> Segundo a autora esse discurso de proteção dos parlamentares aos escravos e a idéia de uma recusa ao trabalho livre foi reproduzido por uma historiografia que via no escravo um “baixo envolvimento mental” e sem afinidades ao trabalho livre.

<sup>7</sup> A autora lembra que não só de lutas forenses se fazia a luta abolicionista de São Paulo. Nas ruas aconteciam manifestações com participação de escravos e da arraia-miúda.

<sup>8</sup> A autora dá o exemplo de Nabuco que ao apresentar a proposta teve sua fala interrompida inúmeras vezes por aplausos e aclamações.

Essa mesma sensação foi comentada pela princesa Regente que na *Fala do trono*, 10 dias antes da aprovação da lei, dizia ser a Abolição uma “aspiração aclamada por todas as classes”. Essa imagem de satisfação nacional pelo fim da escravidão foi alimentada pelos jornais que naquela época não deixavam de publicar textos de apoio e de exemplos de ações favoráveis ao fim da escravidão. No entanto, essa “vontade geral” não era unânime e foi contestada por Andrade Figueira que lembrou que a população do Brasil não correspondia apenas aos que freqüentavam as galerias da Câmara (MENDONÇA, 2001, p. 20).<sup>9</sup>

A idéia de unanimidade em torno da Abolição, segundo Mendonça, principalmente em 13 de maio de 1888, é mais um elemento da memória que naquele instante começou a ser construída. Os jornais daquela época não lembraram os insatisfeitos com a lei e trataram apenas de reproduzir em suas manchetes as comemorações por toda a cidade. Além disso, não deixaram de associar Império e Abolição e valorizar a faceta redentora da Princesa Regente. No entanto, Mendonça mostrou que essa unanimidade dependeu de quem se beneficiou com a Abolição, logo, os deputados que negavam a necessidade de uma solução rápida para a escravidão não participaram das festas eufóricas do dia seguinte ao 13 de maio. Outra consequência foi a associação feita entre Abolição e República.

A lembrança do 13 de maio de 1888 nos relatos dos jornais ou daqueles que viveram esse período constam de um dia de chuva, “memorável”, que segundo Machado de Assis foi “único dia de delírio que lembra ter visto” (MIRANDA, 1999, p. 09). Festejos públicos ocorreram em toda a cidade e os jornais comentaram o 13 e o 14 de maio com matérias que ocupavam inteiramente as suas primeiras páginas. Desfiles cívicos foram feitos pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro com discursos de Coelho Neto e com recitação de poesias por Alberto de Oliveira, Oliveira e Silva e Soares Sousa Junior (MIRANDA, 1999, p. 19).

A possível unanimidade em maio de 1888 também foi representada pelos relatos de festas que reuniram um grande número de pessoas nas ruas da Corte. A reunião de diferentes setores da socieda-

<sup>9</sup> Esse deputado, segundo a autora, não estava só. Durante seu discurso contou com alguns “apoiado”, além de não ficar sozinho na votação do projeto pela Abolição.

de favoráveis à Abolição, republicanos e monarquistas, radicais e moderados, liberais e conservadores, imigrantistas, trabalhadores manuais, comerciantes e profissionais liberais, foi percebida somente em maio de 1888, nas comemorações pela Abolição (SANTOS, 2000, p. 54). Até mesmo os mais ortodoxos escravistas se serviram desse momento como forma de oportunismo político. Esses se tornaram abolicionistas confessos da noite para o dia e eram denunciados pelos jornais que procuravam entender tamanha mudança (PIMENTEL, 1999, p. 97).

Os jornais se constituíram em importante veículo de informações sobre a adesão à causa abolicionista devido aos seus constantes relatos e minuciosas descrições de seus colaboradores dos dias que antecederam a aprovação de lei. Além disso, nos fornece também informações acerca de quem participava das manifestações favoráveis ao fim da escravidão. O uso constante da palavra “povo” para identificar os manifestantes nos leva a crer que a forte presença da população da cidade do Rio de Janeiro, principalmente na sua diversidade, tornou difícil a sua identificação ser feita de outra forma (PIMENTEL, 1999, p. 86). Os abolicionistas viam esse “povo” como força na luta parlamentar, enquanto que os escravistas se incomodavam com a presença de público que acompanhava os debates nas galerias (MENDONÇA, 2001, p. 191).

Os jornais também descreveram a euforia das festas pela lei de 13 de maio que, regada a samba, pararam a cidade do Rio de Janeiro. Mas antes da assinatura da lei, os jornais exerceram influente papel na convocação do povo à aclamação à Princesa e a enfeitar as ruas próximas ao Senado nos dias que antecederam a aprovação da lei (*Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 03/05/1888). No dia seguinte a essa convocação, o jornal trouxe o relato da adesão popular, com o número de “oito a dez mil pessoas impacientes” que esperavam a chegada da Princesa. O *Diário de Notícias* deu ênfase a duas situações: a adesão popular à causa da liberdade e o apoio dado à Princesa na ocasião (*Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 04/05/1888)<sup>10</sup>. No entanto, desde abril os relatos de libertação em fazendas já ocupavam a imprensa do Rio de Janeiro.

<sup>10</sup> Além dos populares, a causa abolicionista na primeira semana de maio ganhava a adesão do comércio e da lavoura, vista como prova de patriotismo. A euforia dos jornais demonstra o quanto a causa ganhava uma adesão momentânea, sendo classificado esse momento pelos jornais como “fase triunfal do movimento abolicionista”.

O grande entusiasmo em torno da lei de 13 de maio pode ser medida pelo nível da adesão à festa. A comemoração era de *todos e todos* pararam (MIRANDA, 1999, p. 16).<sup>11</sup> Desde repartições públicas, até a vida política, e também o porto, os correios, os bancos e escolas renderam comemorações que se seguiram por longos 8 dias (SILVA, 2001, p. 112). Nos dias 19 e 20 de maio, quase no encerramento das festas, cortejos foram realizados pela cidade onde foram distribuídas poesias impressas em papéis azuis, amarelos e cor-de-rosa. Essas poesias foram encontradas por pesquisadores no *Arquivo Público Mineiro*, e depois reunidas em livro, organizado pela *Academia Brasileira de Letras*, intitulado *Maior de 1888 – poesias distribuídas ao povo*, no Rio de Janeiro, em comemoração à Lei de 13 de maio e 1888.<sup>12</sup>

O entusiasmo pelo fim da escravidão não contaminou apenas as ruas da cidade do Rio de Janeiro e aqueles que escreviam para os jornais da cidade. Os membros do *Instituto Histórico Geográfico Brasileiro* também participaram das comemorações através da convocação de uma sessão extraordinária dias depois da assinatura da lei. O ano de 1888 também era de comemoração para o IHGB devido à celebração dos seus 50 anos. Nas comemorações ao jubileu os membros do *Instituto* não deixariam de mencionar a nova condição do trabalho no Brasil.<sup>13</sup>

Em sessão extraordinária de 16 de maio de 1888, os membros

<sup>11</sup> No entanto, nem todos foram às ruas. O autor cita que Silvio Romero deixou isso registrado no prólogo que escrevia para a primeira edição da sua *História da Literatura Brasileira* enquanto ouvia os ruídos dos festejos das festas da abolição. Esse texto de Romero foi assinado entre 18 e 19 de maio de 1888.

<sup>12</sup> Esse livro possui apresentação e nota de José Américo Miranda, além de textos de Thais Pimentel, Regina Helena da Silva e Luiz Arnaut sobre as festas de maio de 1888. Essas poesias foram escritas por Machado de Assis, Artur Azevedo, Oscar Pederneiras, Rodrigo Octávio, Soares de Sousa Júnior, B. Lopes, Guimarães Passos, Baronesa de Mamanguape (Cármem Freire), Lúcio de Mendonça, Oliveira e Silva, Virgílio Gentil, Mário Pederneiras, Gastão Briggs, A. Cardoso de Meneses, Afonso Celso Júnior, Valentim Magalhães, Osório Duque-Estrada, Adelina Lopes Vieira, Bernardino Queirós, A. Peres Júnior, Henrique de Magalhães, e os que assinaram seus poemas como B. de M., Guil Mar. e Pedro Malasarte.

<sup>13</sup> O *Instituto Histórico* foi criado em 1839 e os objetivos da produção de seus membros estavam fortemente ligados ao traçado da gênese da Nação brasileira. Duas obras clássicas sobre esse tema e ligadas à produção do *Instituto* são a de Karl Von Martius, *Como se deve escrever a História do Brasil*, de 1845, e a de Francisco Adolfo Varnhagen, *História Geral do Brasil*, de 1854. Essa última ofereceu uma esquematização de interpretação da História do Brasil largamente reproduzida nos livros didáticos. Cf. GUIMARÃES, 2001, p. 83.

do Instituto se reuniram para ouvir as palavras do presidente, o comendador Joaquim Norberto de Souza Silva, que destacou o desejo dos membros pelo fim da escravidão e a forma *repentina* como se deu:

Como esse mundo de trevas, que paira eternamente ante o cruzeiro do sul, parecia, que a negra mancha da escravidão teria de ofuscar ainda por muito tempo a terra de Santa Cruz.

As gerações se sucediam sem que lhes fosse dado antever a terra da promessa. Apenas aqui e ali, de espaço em espaço, irrompiam das negras nuvens as cintilações de uma imensa aurora, e eis que de repente, quando ainda mal se esperava, surge no horizonte da pátria o Sol da liberdade, o astro da redenção humana (*Revista do IHGB*, n. 51, v. 77, 1888).

A comemoração realizada pelos membros do *IHGB* pelo fim da escravidão incluía uma mensagem de felicitação ao Imperador e a colocação de um busto de Perdígão Malheiros na sala das sessões, devido à relevância da sua obra para a questão (*RIHGB*, n. 51, 1888, p. 210-212).<sup>14</sup> Além deles seriam também felicitados a Princesa, o Ministério, a Câmara Legislativa, e a imprensa de “todo o Império, que cooperou para o triunfo incruento da causa da Abolição” (*Ibidem*).<sup>15</sup>

Nas mensagens endereçadas à Câmara, ao Senado e ao Governo pela secretaria do Instituto, não há nenhuma referência aos termos como “negro” ou “abolicionista”. Apenas felicitações aos representantes da Nação. Além disso, nas atas das sessões do *IHGB* seguintes ao 13 de maio e nas demais do ano de 1888 não foram encontradas nenhuma referência aos significados da Abolição para os próprios libertos, apenas a associação do fim da escravidão com as “melhorias” na sociedade, principalmente com a introdução de mão-de-obra imigrante (*Ibidem*, p. 325).

Apesar de ser um ambiente de produção da História do Brasil, os membros *IHGB* não propuseram ao longo dos seus primeiros 50

---

<sup>14</sup> Perdígão Malheiros produziu uma análise que resultou no livro *Abolição, ensaio histórico e jurídico*. A leitura que fez dessa obra no Instituto em 1867, com a presença do Imperador Pedro II, fez com que fosse homenageado em 1888 como o grande incentivador, através da sua obra, para a solução do elemento servil.

<sup>15</sup> No texto “A extinção da escravidão no Brasil: o jubileu do Instituto Histórico”, publicado nesse mesmo volume da revista, vimos que além desses, seriam homenageados *todos* que contribuíram para o triunfo da causa da Abolição.

anos nenhum trabalho Histórico mais específico a respeito da escravidão no Brasil. O índice geral da *Revista do IHGB*, criada em 1839, reúne poucos trabalhos sobre a escravidão no Brasil até 1888. A temática *Escravidão*, não ocupa mais que 3 páginas do índice geral e está dividida entre: *Escravidão – Amazonas*; *Escravidão – Aspectos econômicos – Brasil*; *Escravidão – Brasil*; *Escravidão – Brasil – Emancipação*; *Escravidão – Niterói (RJ)*; *Escravidão e A Igreja – Brasil*. Em temáticas afins, como *Abolicionistas – Brasil*; *Brasil – História – Abolição da Escravidão, 1888*; *Brasil – História – Lei do Ventre Livre, 1871*; *Brasil – História – Palmares, 1630-1695*; *Brasil – Relações Exteriores – África, Negros – Brasil*; *Negros – Brasil – Religião*, encontramos textos anteriores a 1888. Alguns deles reproduziram os relatos sobre as guerras contra Palmares,<sup>16</sup> e também sobre a introdução dos escravos no Brasil.

Desse modo, em 1888, o *Instituto Histórico*, ambiente de escrita da História do Brasil no Império, seguiu as demais tendências das comemorações daquele maio com produção de discursos por parte dos seus membros e também o envio de mensagens de felicitação aos “responsáveis” pela conquista, segundo eles, a Princesa Isabel, o Imperador, João Alfredo e demais membros do Gabinete. Durante os discursos sobre a Abolição, os seus membros associaram a lei áurea à Princesa Regente e ao gabinete de João Alfredo, visto por eles como um dos Heróis da Abolição.

Nas comemorações aos 50 anos do Instituto, o seu presidente, Joaquim Norberto de Sousa e Silva, reforçou o caráter dessa instituição e da produção dos seus membros que deveriam concorrer para o estudo da História e da Geografia do país. Segundo o presidente a grandeza do Império, que marchava progressivamente sem obstáculo, seria seguida pelo *IHGB* nessa mesma marcha. A respeito da Abolição, o presidente destacou a *evolução humanitária* por que passou o país, onde o fim da escravidão não *custou gota de sangue* nem lamentações, apenas um *vago queixume*. E assim, o primeiro ciclo do *Instituto* havia fechado com a extinção da escravidão e um novo se abria com a liberdade de todos. (*RIHGB*, Suplemento ao número 51, 21 de outubro de 1888).

<sup>16</sup> Os dois textos sobre Palmares são: “Condições ajustadas com o governador dos Paulistas, Domingos Jorge Velho, em 14 de agosto de 1693 para a conquistar e destruir os negros de Palmares”, 1884; “Memória dos feitos que se deram durante os primeiros anos de guerra com os negros quilombolas dos Palmares: seu destroço e paz aceita em junho de 1678.”, 1876. (*RIHGB*, v.159, n. 400, jul/set. 1998).

O texto que propôs uma sistematização do processo abolicionista nas revistas do *IHGB* foi publicado por Franklin Américo de Meneses Dória, o Barão de Loreto em 1900, mas seu texto aparece datado em 1888. A “A abolição no Brasil”, propôs um esquema para a Abolição a partir de quatro períodos da História do Brasil, segundo seu autor. O primeiro foi iniciado sob o governo d’El Rei D. João VI marcado pela reação contra o comércio de escravos e a pressão da Inglaterra contra o tráfico. Compreendeu também, nesse período, a abdicação de Pedro I e por isso a sua falta de ação mais efetiva sobre o acordo de 1826 com a Inglaterra. A regência e o fim do tráfico marcaram o final desse primeiro período, segundo Loreto (LORETO, 1900, p. 187). O seguinte foi caracterizado, segundo ele, pela “emancipação lenta dos escravos”. Nesse momento, o autor destacou os debates a respeito da reforma do elemento servil, que segundo ele foi um dos desejos do Imperador, na fala do trono, em 1867. O destaque desse período foi a aprovação da lei de 1871 e o interesse do “espírito público” que, a partir de 1880, passou a se interessar *pela sorte dos escravos* (LORETO, 1900, p 189).

O terceiro período foi marcado pelo ano de 1880 e as agitações que se seguiram, principalmente no Rio de Janeiro, e o desejo da Abolição imediata, tanto nas ruas quanto nos jornais. A libertação das províncias do Ceará e do Amazonas, o debate em torno da lei dos sexagenários, a aspiração do abolicionismo e a “força por ele adquirida”, erguendo “vozes do seio de todas as classes”, e as agitações da década de 80 marcaram o início do quarto período.

Segundo ainda esse texto, os prazos colocados para o fim da escravidão, os comícios em São Paulo e a libertação dessa província foram interpretados pela Princesa Regente como tendências do país para a Abolição, e a Princesa, segundo Loreto, “revelou pelo seu proceder o propósito de contribuir para a pronta consumação do resgate dos míseros oprimidos” (LORETO, 1900, p. 189). Para isso, escolheu para formar o gabinete em 1888 o Conselheiro João Alfredo, o mesmo que havia colaborado com a lei de 1871. Após isso, o autor relatou uma série de adesões populares à causa, à Princesa e à sua chegada ao Paço com todos os “vivas” e “enchente de flores” que recebera no dia da assinatura da lei.

Loreto terminou esse seu texto com a seguinte impressão a respeito da Princesa:

Assim a princesa, que antes, sancionando outra lei famosa, proclamara livres as gerações futuras, revocou à liberdade centenas de milhares de cativos, e completou a obra da Abolição na sua pátria, a qual, reconhecida, lhe deu o título de 'Isabel a Redentora' (LORETO, 1900, p. 187).

Desse modo, 12 anos após a Abolição realizada, o *Instituto* propõe, já na República, uma interpretação imperial para a Abolição. Ela seria obra do Império, mais precisamente da Princesa que soube perceber os momentos de definição do processo abolicionista e montar um gabinete cujo representante já havia participado de discussões anteriores. O grande objetivo desse esquema proposto por Loreto foi o de mostrar a adesão do Governo Imperial às idéias que encurtavam a escravidão, primeiramente com o tráfico e logo depois com as leis que se seguiram até chegar 1888.

Por fim, ressaltemos mais uma sistematização da História da Abolição feita por Osório Duque-Estrada em 1913 e publicada em 1918. Em *Abolição, esboço histórico*, Duque-Estrada, ao contrário de Loreto não responsabilizou nem a Princesa nem o seu Gabinete pela aprovação da lei de 13 de maio de 1888. Segundo ele, na ocasião da aprovação dessa Lei a Abolição já estava feita (DUQUE-ESTRADA, 2005, p. 72).<sup>17</sup> Para Duque-Estrada o parlamento foi pressionado pelas ações do movimento abolicionistas, presentes tanto nas ruas quanto dentro do próprio parlamento. As leis anteriores a 1888 foram apenas para iludir quem acreditava que elas poderiam trazer algum benefício para os escravos, e também serviram para a forte oposição dos escravistas à solução do problema do elemento servil no Brasil.

O livro de Duque-Estrada começa com os argumentos em torno da lei de 1831, que segundo ele foi a que acabou com o tráfico, apesar de não ter sido cumprida. Por isso, a escravidão que se seguia desde então era ilegal. *Abolição* teve seus capítulos divididos entre as ações do parlamento e as ações dos abolicionistas nas ruas. Apesar de muito jovem em 1888, Duque-Estrada era ligado à Confederação Abolicionista, o que lhe garantiu no final do seu livro algumas passagens que podem ser consideradas como fruto da sua memória.

Segundo o autor, o livro é uma tentativa de organização do

<sup>17</sup> A fim de facilitar a consulta ao livro utilizo a última edição de 2005, ao invés da edição de 1918.

material da história da Abolição. Para tal, utilizou-se tanto de fontes oficiais quanto de suas reminiscências. Além do mais, o livro serviria para apontar os verdadeiros abolicionistas e denunciar aqueles que aderiram à causa no momento que era certa a sua vitória. Com prefácio escrito por Rui Barbosa, que também defendeu a idéia de que, a cada momento, novos heróis eram associados à causa abolicionista, esse livro conseguiu reunir um grande número de personagens do período abolicionista, não só da década de 80, mas desde a década de 20 do século XIX. Na tentativa de indicar os “verdadeiros heróis”, Duque-Estrada, no final, do seu livro criou o “Panteão Abolicionista”. Nesse Panteão, os heróis ganharam textos biográficos de outros também abolicionistas que descreveram algumas passagens da vida do biografado. Não há nenhuma informação sobre a ocasião da produção desses textos, mas servem para indicarmos que a escolha de Duque-Estrada era compartilhada por outros.<sup>18</sup>

Essa obra de Duque-Estrada exerceu influência sobre os seus livros didáticos que ao tratar de Abolição reforçou a idéia de que ela foi feita por ação do movimento abolicionista e não apenas de uma generosidade da Princesa. Além do mais, sua interpretação sobre a Abolição serviu para que outros nomes de abolicionistas ficassem conhecidos pelo grande público e também pelo escolar, devido a sua grande produção didática (MORAES, 2007, p. 249-266).

Desse modo, podemos chegar a algumas conclusões a respeito da produção historiográfica da Abolição. A lei de 13 de maio de 1888 foi o ponto final de um processo abolicionista que não começou na década de 1880 – um período bastante reivindicado como auge do movimento abolicionista – mas, sim, desde as discussões em torno de medidas que pusesse fim a escravidão no Brasil. Tanto o texto de Loreto quanto o de Duque-Estrada são exemplos dos variados esquemas que apareceram para a Abolição, onde a escrita dessa História, da mesma forma que qualquer outra, está em meio a disputas teóricas e metodológicas.

Os historiadores da Abolição demonstraram que os persona-

---

<sup>18</sup> Foram esses os indicados por Duque-Estrada para o Panteão: Luís Gama, André Rebouças, Ferreira de Menezes, José do Patrocínio, Sizenando Nabuco, José Bonifácio (O Patriarca), José Bonifácio (o moço), Joaquim Nabuco, Ferreira de Araújo, Joaquim Serra, João Clapp e Antonio Bento.

gens principais poderiam revezar da mesma forma que as percepções em torno do 13 de maio poderiam contribuir com “outras” Histórias da Abolição. Além disso, ao analisarmos a festa e o relato do 13 de maio e as comemorações que se seguiram é possível perceber a tentativa de criação de uma memória, alimentada pelos jornais da época, por memorialistas que associaram símbolos, heróis e textos a esses festejos e também por aqueles que escreveram a História, propondo uma esquematização para esse período logo depois de ocorrida a Abolição, conforme o caso de Loreto.

No entanto, em todas essas esquematizações um elemento principal dessa festa foi esquecido: o ex-escravo. A grande dúvida em torno dessas festas e do próprio movimento está na participação efetiva do escravo e do ex-escravo. No entanto, é possível perceber tanto através do texto de Maria Helena Machado quanto nos relatos dos jornais que a defesa da Abolição ia muito além dos homens de casaca do parlamento. Ela envolveu todos os habitantes da cidade apesar de poucos textos registrarem as vozes da arráia miúda abolicionista.

Dessa forma, o significado dado ao 13 de maio em 2007 e nos anos que se seguirão é fruto tanto da construção histórica que começou no dia seguinte a Abolição quanto das disputas entre os historiadores na definição de heróis, símbolos e efeitos da Abolição. O que não podemos esquecer é que a lei 3353 assinada em 13 de maio de 1888 acabou definitivamente com a escravidão no Brasil, apesar de não prever nada além da liberdade. Em 14 de maio de 1888 começava-se uma nova luta na sociedade brasileira, cujos novos militantes do século XXI esqueceram-se de onde ela começou: no domingo da Abolição da Escravidão no Brasil.

### **Referências Bibliográficas**

*Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, abril-maio, 1888.

DUQUE-ESTRADA, Osório. *Abolição, um esboço histórico*. Brasília: Editora do Senado Federal, 2005.

GUIMARÃES, Lúcia. Francisco Adolpho Varnhagen. História Geral do Brasil. In: MOTTA, Lourenço Dantas. *Introdução ao Brasil*. Um banquete no trópico. São Paulo: SENAC, 2001.

LORETO, Barão de. A Abolição no Brasil. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 63, 1900.

MACHADO, Maria Helena P. T. *O plano e o pânico*. Os movimentos sociais na década da abolição. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/EDUSP, 1994.

MENDONÇA, Joseli. Cenas da abolição no parlamento. In: \_\_\_\_\_. *Cenas da abolição*. Escravos e senhores no parlamento da justiça. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2001.

MIRANDA, José Américo (Org.). *Maior de 1888* – poesias distribuídas ao povo, no Rio de Janeiro, em comemoração à lei de 13 de maio de 1888. Rio de Janeiro: Col. Afranio Peixoto, ABL, 1999.

MORAES, Renata Figueiredo Moraes. *Os maiores de 1888*: história e memória na escrita da história da abolição. O caso de Osório Duque-Estrada. 2007. Dissertação (Mestrado) - PPGH-UFF, Niterói.

\_\_\_\_\_. Memórias e histórias da abolição: uma leitura das obras didáticas de Osório Duque-Estrada e João Ribeiro. In: ABREU, Martha; GONTIJO, Rebeca; SOIHET, Rachel. *Cultura política e leituras do passado*: historiografia e ensino de História. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 249-266.

REVISTA IHGB, Rio de Janeiro, v. 159, n. 400, jul/set. 1998.

REVISTA IHGB, Rio de Janeiro, Suplemento ao n. 51, 21 de outubro de 1888.

REVISTA IHGB, Rio de Janeiro, n. 51, v. 77, 1888.

SANTOS, Cláudia Andrade. Projetos sociais abolicionistas: ruptura ou continuísmo? In: REIS F, Daniel Aarão (Org.). *Intelectuais, história e política*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2000.

SILVA, Eduardo. Integração, globalização e festa. A abolição da escravatura como história cultural. In: PAMPLONA, Marco A. (Org.). *Escravidão, exclusão e cidadania*. Rio de Janeiro: Acess, 2001.

Artigo recebido em agosto 2007 e aceito para publicação em novembro 2007.